

PARECER TÉCNICO

SGDP: SISCEAT:—

Correspondência eletrônica: encaminhada em 2/04/2014 pelo Promotor Leonardo Castro Maia <leonardomaia@mpmg.mp.br> Coordenadoria Regional das Promotorias de Justiça do Meio Ambiente da Bacia do Rio Doce¹

Ref. : pareceres SUPRAM PCHs Dores de Guanhões e Senhora do Porto

1 - CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O presente parecer visa responder aos questionamentos apresentados pelo Promotor de Justiça Leonardo Castro Maia, acerca dos pareceres técnicos emitidos pela Superintendência Regional de Regularização Ambiental do Leste Mineiro (SUPRAM) acerca das PCHs Senhora do Porto e Dores de Guanhões.

Na última sexta-feira, dia 4/4/2014, encaminhamos o parecer-resposta, a respeito das dúvidas apresentadas em relação ao parecer CEATMA/2013 sobre as quatro PCHs à secretaria da CEAT, enfocando aspectos relativos à ictiofauna.

Na elaboração do presente parecer foram consultados os seguintes documentos:

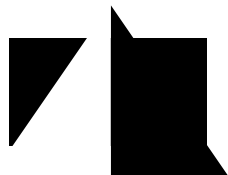
- a) Parecer Único nº 0295835/2014(SIAM) – PCH Senhora do Porto
- b) Parecer Único nº 000000/0000(SIAM) – PCH Dores de Guanhões

2 – DISCUSSÃO

Segundo orientações da coordenação da CEAT e devido a exiguidade do tempo, serão respondidas as questões a seguir, quais sejam:

- Verificar se os pareceres/SUPRAM agora enviados abordam e/ou resolvem as pendências levantadas no primeiro parecer/CEATMA.
- Verificar a procedência da Notícia de Fato (MPMG-0105.14.000296-2), exploração mineral pela Guanhões energia, à revelia do titular do registro, Nilo Ferreira P Júnior (outros elementos de convicção poderão ser solicitados ao noticiante).
- Verificar a procedência da Notícia de Fato nº MPMG-0105.14.000297-0, formulada por e-mail por Gustavo Tostes Gazzinelli, de alteração do eixo do barramento do eixo do barramento da PCH Dores de Guanhões (no anexo).

¹ Rua Vereador Omar Magalhães, 864, Bairro Santa Teresinha - Governador Valadares - MG - Cep.: 35030-740 . Tel.: (33) 3279-5008 - Cel.: (33) 9144-4142 - Fax.: (33) 3279-5014



2.1 – Verificar se os pareceres/SUPRAM agora enviados abordam e/ou resolvem as pendências que levantadas no primeiro parecer CEATMA.

A partir da leitura dos relatórios da SUPRAM, fica claro que a instituição considera que devido à proximidade geográfica dos empreendimentos no rio Guanhães, as análises e propostas a serem consideradas devem ter em vista o **conjunto dos empreendimentos e sua influência no rio Guanhães**. O que vai ao encontro com o comentado pela CEATMA no último parecer.

É importante mencionar que o empreendedor afirma que não suprimir trechos de vegetação que ficará submersa após o enchimento do reservatório contribui para a manutenção de sítios de desova e alimentação para a ictiofauna.

Em primeiro lugar, nenhum dos relatórios encaminhados à CEATMA, afirma ter encontrado com exatidão os sítios de desova. Além disso, como bem apontado pela SUPRAM, *não é recomendada a manutenção de vegetação de hábito terrícola em ambiente alagado, pois o incremento da matéria orgânica em decomposição pode reduzir os níveis de OD no curso d'água*. Portanto, deverá ocorrer a retirada da vegetação a ser inundada. Chama-se a atenção para a situação de saneamento básico da região, onde os rios são os receptores dos esgotos sanitários, assim como sobre áreas de cultura, onde haja uso de fertilizantes fosfatados e nitratos, que poderão contribuir para a eutrofização dos reservatórios. Estas questões têm que ser abordadas pelo empreendedor, necessitando de correção previamente ao enchimento dos reservatórios. A CEATMA já alertou para este fato no primeiro relatório realizado em 2013.

Não foram esclarecidos nos documentos consultados quais são as áreas de desova dos migradores (piauí-vermelho e timburé) e as áreas e ambientes que favoreçam o recrutamento das espécies em ambas as bacias.

Deve-se amarrar as ações de transposição manual dos peixes com a utilização de tais áreas e também daquelas que favoreçam o recrutamento com trabalho de educação ambiental dos proprietários.

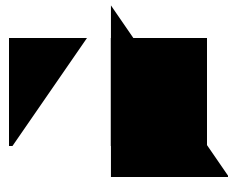
A transposição manual dos peixes, já definida, deve ser monitorada por corpo técnico e estes devem atuar em consonância com educadores ambientais, englobando no processo as áreas de desova, ou se for o caso, áreas similares que possam exercer a mesma função (tributários e/ou a montante dos empreendimentos).

É necessário manter o monitoramento e manejo da ictiofauna, para acompanhar a mudança nas populações, implantando-se medidas mitigadoras. Isto também deve ser feito para os demais grupos da fauna.

Todas as medidas que se adotarem para a fauna devem ter em conta o projeto de recuperação da APP, utilizando-se de espécies que ofereçam, comprovadamente, suporte alimentar para todos os grupos da fauna. Aqui também há a necessidade de ações educativas e fiscalizadoras, constantes, para evitar a caça e/ou desmatamento.

A partir da página 73/99 do relatório SUPRAM da PCH Senhora do Porto e da página 93/131 do relatório SUPRAM da PCH Dores de Guanhães aparecem descritos os seguintes programas e ações relacionados à ictiofauna:

- Programa Integrado de Monitoramento, Conservação e Manejo da Ictiofauna
- Programa de Monitoramento da Ictiofauna Anterior e Posterior ao Barramento



- Programa de Implantação/Adequação do Mecanismo de Transporte de Peixes / Programa de Transposição Manual e Seletiva de Espécies Nativas
- Programa de Conservação e Manejo da Ictiofauna Ameaçada, Endêmica e Espécies
- Programas de Manejo da Ictiofauna realizados por outros empreendimentos hidrelétricos situados a montante e a jusante das PCHs Guanhães; e ações de integração entre tais programas
- Programa de Monitoramento de Utilização dos Sítios de Desova e Alimentação da Ictiofauna e de Utilização das Rotas Migratórias.
- III-Plano de Comunicação e Educação Ambiental

Metas e Ações para Conservação Propostas pelo Empreendedor

- Caracterização genética de espécies-alvo

O empreendedor dará início à coleta de material para avaliação genética visando a análise de proximidade ou distância genética entre as populações de *Leporinus copelandi* (piauí-vermelho) da bacia dos rios Guanhães e Corrente Grande, pertencentes à bacia do rio Santo Antônio, de forma a otimizar e integrar os dados que estão sendo levantados pelo empreendimento da UHE Salto Grande. Sugere-se que o programa seja estendido para o

- Seminários para intercâmbio de dados obtidos nos programas de monitoramento e conservação das usinas localizadas nos rios Guanhães, Santo Antônio e Corrente Grande

Busca-se atingir uma maior integração e otimização dos programas e subprogramas relativos à ictiofauna implementados em cada empreendimento instalado na bacia do rio Santo Antônio.

- Ações de Comunicação e Educação Ambiental específicas para a ictiofauna ameaçada, endêmica e reofílica

Estas ações terão início imediato, integradas ao Programa de Monitoramento da Ictiofauna Anterior e Posterior ao Barramento, cujos integrantes das equipes distribuirão panfletos e cartazes pelas localidades durante a realização das campanhas periódicas de monitoramento.

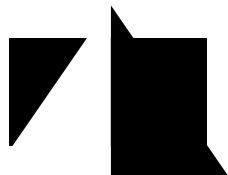
- Programa de Acompanhamento e Resgate da Ictiofauna

As atividades de desvio do rio na PCH Senhora do Porto iniciaram-se no dia 29/07/13 e desta forma a primeira campanha do programa foi realizada. No período de atividades foram regatados e soltos 322 exemplares de peixes vivos, pertencentes a nove espécies, oito gêneros, sete famílias e três ordens. Para a etapa de implantação deverão ser ainda realizadas ações de resgate de ictiofauna durante o enchimento do reservatório. Projeto de Inventário e Controle de Peixes Nativos e Exóticos

Segundo o informado na PCH Senhora do Porto não existirá necessidade de intervenção em nenhum outro ponto identificado na área de inserção do reservatório, além do ponto (SPT 01 – coordenada 722717/7890722) uma lagoa efêmera.

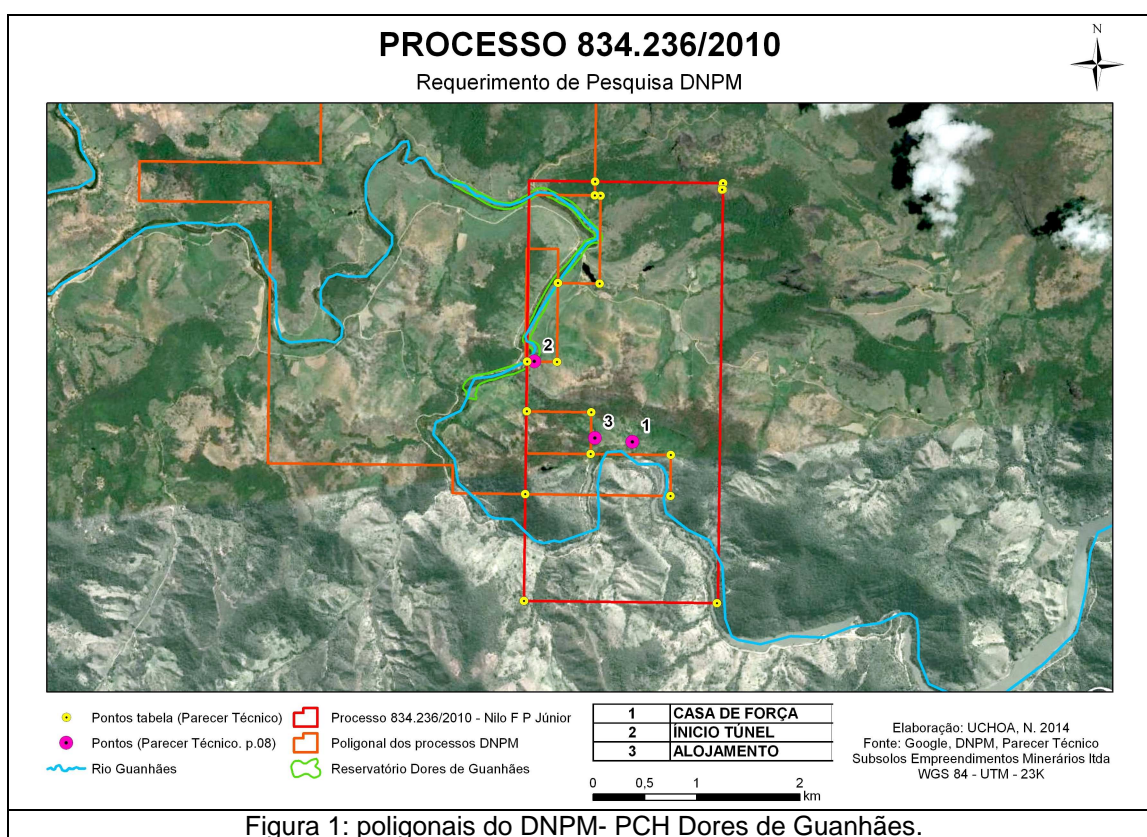
- Programa de Monitoramento das Espécies Endêmicas da Ictiofauna

Segundo o relatório, durante o monitoramento não foram capturados espécies endêmicas e/ou ameaçadas de extinção nos pontos monitorados, propõe-se que este Programa seja continuado por mais dois anos, através da realização de oito campanhas trimestrais.

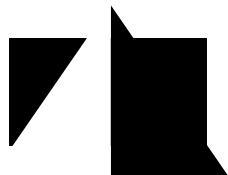


A *priori* os programas apresentados parecem estar adequados ao empreendimento, exceto por algumas ressalvas apontadas na conclusão deste parecer.

2.2 – Verificar a procedência da Notícia de Fato (MPMG-0105.14.000296-2);, à revelia do titular do registro, Nilo Ferreira P. Júnior (outros elementos de convicção poderão ser solicitados ao noticiante).



O Sr. Nilo Ferreira Pinto Júnior afirma que parte da infraestrutura da PCH Dores de Guanhões (casa de força, túnel e acampamento) está situada dentro do polígono do DNMP do qual ele é superficiário e titular do alvará de pesquisa (Processo DNPM 834.236/2010). Para que o empreendedor Guanhões Energia pudesse fazer uso do bem mineral produzido na escavação do túnel da PCH, teria que ter sido solicitado ao DNPM um *registro de extração*, o que não ocorreu. Além disso, no caso de intervenção por parte do empreendedor no polígono relativo ao Processo DNPM 834.236/2010, deveria ter havido um acordo prévio entre este e o Sr. Nilo Ferreira Pinto Júnior, com direito a indenização pelos danos decorrentes da obra da PCH. Caso o empreendedor Guanhões Energia esteja utilizando brita para a obra, deve ser exigido o *registro de extração*, o que não permite, no entanto, que o material seja usado em outro empreendimento e muito menos comercializado. Caso isso esteja ocorrendo, deverá ser feita denúncia ao DNPM.



2.3 – Verificar a procedência da Notícia de Fato nº MPMG-0105.14.000297-0, formulada por e-mail por Gustavo Tostes Gazzinelli, de alteração do eixo do barramento do eixo do barramento da PCH Dores de Guanhões (no anexo).

No parecer da SUPRAM de nº 0279868/2014, de 18 de Março de 2014, é abordada, no item 1.1.1 das páginas 6/131 a 9/131, a questão da alteração de projeto da PCH Dores de Guanhões. Segundo o informado, o projeto original aprovado na outorga anteriormente autorizada foi alterado porque ocorreu a necessidade de mudança de local do eixo da barragem em 140,00 m para a jusante. Por meio da empresa SPEC Planejamento Engenharia Consultoria, o empreendedor apresentou justificativas para o deslocamento do eixo a jusante. Sob o ponto de vista ambiental, a SPEC afirmou que o deslocamento da barragem permitiria ganhos ambientais e não causaria a relocação de pessoas. Devido à solicitação de esclarecimento feita pelo SUPRAM, o empreendedor informou que a área de inundação do reservatório passaria de 27,83 ha para 28,78 ha, sendo tal valor confirmado por meio de Relatório Técnico do Levantamento Topográfico da Hidrogest realizado em novembro de 2012.

Dessa maneira e de acordo com o empreendedor, a alteração no projeto não provocará qualquer mudança sob a ótica ambiental em seus estudos anteriores ao PCA e também não causarão impactos adicionais com relação aos informados anteriormente à mudança de deslocamento da barragem.

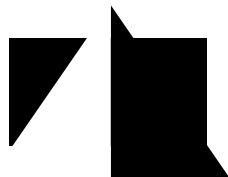
O empreendedor apresentou três mapas do layout do projeto, contemplando aspectos anteriores e posteriores a mudança do eixo do barramento, conforme solicitado pela SUPRAM. Baseado no projeto alterado, também foram solicitados estudos atualizados com relação aos impactos ambientais e a adoção de medidas mitigadoras, sendo os mesmo apresentados pelo empreendedor.

De acordo com o parecer técnico da SEMAD:

(...) As mudanças e impactos ocorridos em função da alteração do projeto se resumem ao aumento da área de alagamento em aproximadamente 0,9 ha, com o acréscimo de 0,4 ha de terras atingidas na propriedade ME 01 (Fazenda Estiva de propriedade do Sr. Nilo Ferreira), que não ocasionou nenhum impacto adicional na utilização de sua propriedade (...). Entretanto, segundo o empreendedor, foram identificados impactos positivos nessa mudança (...).

Segundo consta nos estudos, a diminuição do Trecho de Vazão Reduzida – TVR, o volume de escavações e aterros necessários à implantação do empreendimento também diminui sensivelmente.

O empreendedor apresentou mapa com a identificação de áreas dos (09) processos minerários bloqueados junto ao DNPM. Foi proposta pela Guanhões Energia, a adoção de faixa de APP de forma variável, devido a alteração da legislação ambiental. Porém, tal mudança não levou a inviabilização de qualquer propriedade afetada pelo empreendimento, nesse sentido não haverá necessidade de mudança no Plano de Assistência Social. O empreendedor apresentou em 2006 todos relatórios necessários que informem o reflexo do empreendimento no quadro social, e devido a justificativa supracitada não serão necessárias alterações no Plano de Assistência Social.



No dia 26 de junho de 2013 foi realizada vistoria *in loco* pela SUPRAM Leste e nessa ocasião foi solicitado ao empreendedor que realizasse estudos de levantamento topográfico para sanar dúvida acerca da necessidade de desmate de pequeno fragmento florestal situado à direita do barramento. De acordo com o empreendedor, não haveria necessidade de supressão da vegetação além da autorizada, pois o fragmento florestal localizava-se acima da cota de inundação (467,00 m).

3 – CONCLUSÃO

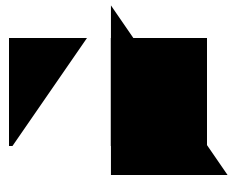
Deverá ocorrer a retirada da vegetação a ser inundada pelo enchimento dos reservatórios. Chama-se a atenção para a situação de saneamento básico da região, onde os rios são os receptores dos esgotos sanitários, assim como sobre áreas de cultura, onde haja uso de fertilizantes fosfatados e nitratos, que poderão contribuir para a eutrofização dos reservatórios. Estas questões têm que ser abordadas pelo empreendedor, necessitando de correção previamente ao enchimento dos reservatórios. A CEATMA já alertou para este fato no primeiro relatório realizado em 2013.

Não foram esclarecidas nos documentos consultados quais são as áreas de desova dos migradores (piauí-vermelho e timburé) e áreas e ambientes que favoreçam o recrutamento das espécies em ambas as bacias (Guanhães e Corrente Grande). Deve-se identificar e preservar estas áreas e também aquelas que favoreçam o recrutamento, aliando estas ações ao trabalho de educação ambiental com os proprietários de terras.

Foi proposta somente a transposição manual dos peixes na piracema. Esta deve ser monitorada por corpo técnico e estes devem atuar em consonância com educadores ambientais, englobando no processo, as áreas de desova, ou se for o caso, áreas similares que possam exercer a mesma função (tributários e/ou a montante dos empreendimentos). Considera-se importante manter a transposição manual na época de piracema, e esclarecer qual a outra proposta para se tratar com peixes migradores do rio Guanhães, além da paralisação da transposição conforme colocado na pág. 76/99. e 96/131 dos relatórios da SUPRAM. É necessário manter o monitoramento e manejo da ictiofauna, para acompanhar a mudança nas populações na fase de operação do empreendimento, implantando-se medidas mitigadoras. Isto também deve ser feito para os demais grupos da fauna. O empreendedor propõe dois anos após o enchimento do reservatório, mas sugere-se que este período deva ser avaliado e ampliado para toda fase de operação do empreendimento.

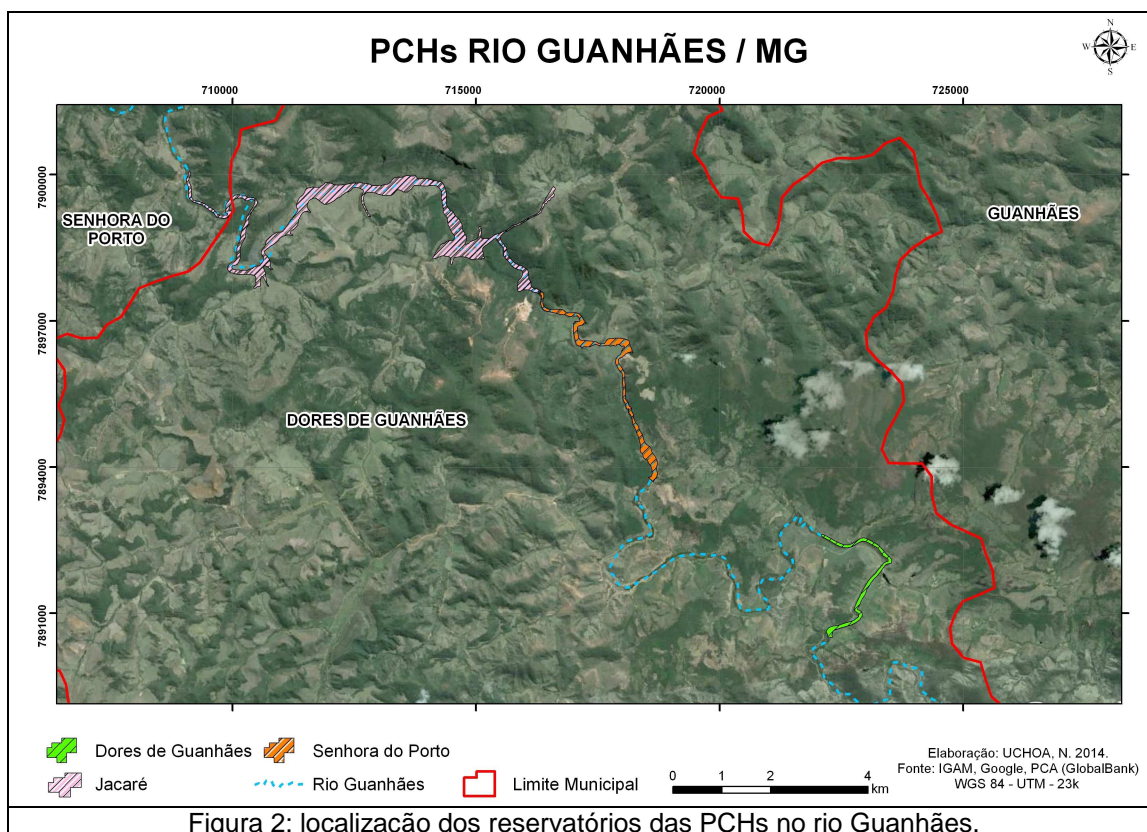
Todas as medidas que se adotarem para a fauna devem levar em conta o projeto de recuperação da APP, utilizando-se de espécies que ofereçam, comprovadamente suporte alimentar para todos os grupos da fauna. Aqui também há a necessidade de ações educativas e fiscalizadoras constantes para evitar a caça e/ou desmatamento.

Os programas apresentados encontram-se em andamento, são necessários e devem ser monitorados pelo órgão ambiental. Sugere-se que o empreendedor apresente um cronograma físico-financeiro de todas as ações que estejam sendo implementadas e a implementar, comprovando-se a contratação das equipes envolvidas.



**Ministério Público
do Estado de Minas Gerais**
Procuradoria-Geral de Justiça
CEAT - Central de Apoio Técnico

Sugere-se que as espécies *Delturus carinotus* e o timburé, *Leporinus mormyrops*, sejam contemplados pelos programas de manejo e conservação da ictiofauna, por serem endêmica da bacia do rio Doce e migradora respectivamente.



Belo Horizonte, 11 de abril de 2014.

Cláudia Lage Michalaros
Analista do Ministério Público
MAMP 2582
Bióloga – CRB 08525/04D

Maria Eugênia de Freitas Carneiro
Analista do Ministério Público
MAMP 4636
Geóloga – CREAMG 70.141/D